

A NOVA DIMENSÃO DA COMPETITIVIDADE: TERRITÓRIO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APL)

Lucas Labigalini FUINI¹

Resumo

Este artigo, por meio de ampla revisão teórica, aborda a relação entre as noções de território e competitividade ao considerar que o sucesso das empresas está relacionado, na atualidade, a elementos específicos das regiões e localidades onde estão inseridas. Para tanto, a noção de Arranjo Produtivo Local (APL) se coloca como instrumento de intercâmbio entre a busca de competitividade e a base territorial da atividade econômica. Propõe-se, então, uma metodologia para estudo da "competitividade territorial", abordando as estratégias concorrenciais das regiões para uso de recursos específicos do território.

Palavras-chave: Território. Competitividade. Arranjos produtivos locais e recursos específicos.

Abstract

The new dimensions of territories: competitiveness and local productive arrangements (APL)

This paper, based in a wide theory review, discusses the relation between the notions of territory and competitiveness, considering that actually factories success are related with specific elements of regions and locates where it are inserts. In this context, the Local Productive Arrangement (APL) notion put itself how exchange instrument between the found out competitiveness and the territory base of economic activities. Then, proposed in text a methodology for study of "territorial competitiveness", approaching the regions competition strategies for use the specific resources of territory.

Key words: Territory. Competitiveness. Local productive arrangements and specific resources.

¹ Unesp-Rio Claro, Mestre e Doutorando em Geografia. R. da Penha, 207, Itapira/SP, 13.970-050. E-mail: lucasfuini@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A globalização econômica tem direcionado a atividade industrial, na atualidade, por meio de processos de reestruturação produtiva e organizacional, a novas dinâmicas espaciais que colocam sobre as regiões e localidades desafios para implementação de modificações tecnológicas e organizacionais como forma de adaptação a novos patamares de competitividade. Benko (1996) credita ao processo de internacionalização da atividade econômica uma crescente diferenciação e especialização dos territórios, formando um “mosaico de regiões” que se tornam fontes de vantagens concorrenciais a partir dos recursos, práticas e interdependências específicas do local.

Desse modo, sobretudo a partir do final dos anos 1970, se torna mais claro para os estudiosos que a noção de competitividade incorpora fatores situados fora do âmbito das empresas, considerando-se então, as externalidades aglomerativas (infra-estruturas, aparato político institucional e regulatório, centros de educação e formação, mão de obra qualificada) e os elementos não mercantis do ambiente territorial (práticas cooperativas não formais, vínculos institucionais). Nesse sentido, autores como Porter (1989) acabaram descobrindo na dimensão territorial um elemento ativo da vantagem competitiva, visto que as indústrias mais dinâmicas de uma nação se concentram geograficamente em certas cidades e regiões na forma de agrupamentos (clusters). Resumindo, pois, tal discussão, a problemática central a ser respondida é a seguinte: Por que algumas regiões produtivas alcançam sucesso competitivo em seu segmento respectivo, enquanto outras localidades sucumbem ao peso da concorrência nacional e internacional?

A hipótese aqui aventada é que algumas regiões se tornam mais competitivas que outras, em seu segmento particular, porque conseguem mobilizar por meio de seu território recursos específicos diretamente relacionados ao tipo de construção social, histórica e institucional que se dá no âmbito local e que vai além de um simples cálculo de custos de mercado (preços), envolvendo, pois, uma complexa rede de relações entre empresas, associações, sindicatos e poder público. Com isso, o território, por meio dos atores nele inseridos, se coloca como uma pista para as estratégias competitivas das empresas, destacando, nesse sentido, as concentrações localizadas de Micro, Pequenas e Médias empresas organizadas na forma de Arranjo Produtivo Local (APL) como exemplos de sucesso competitivo extremamente dependente das interações e vínculos mobilizados no território.

Para tornar mais claro o vínculo existente entre as dinâmicas de localização das empresas e as características dos territórios e seus componentes, esboça-se, neste texto, uma proposta de estudo da “competitividade territorial” em APLs brasileiros através de metodologia de recursos e ativos genéricos e específicos. Tal esforço teórico tem como ponto de apoio as iniciativas recentes no Brasil de estímulo a agrupamentos produtivos com potencial competitivo e que funcionam como articuladores do desenvolvimento econômico territorial.

Este artigo se organiza em quatro partes principais, além da introdução e conclusão. Na primeira seção é feita uma análise teórica dos conceitos de território e competitividade e de suas interdependências no contexto econômico-espacial atual. Na segunda seção trabalha-se com a noção de Arranjo Produtivo Local (APL) em sua matriz teórico-empírica e a partir de algumas de suas interfaces principais (proximidade, territorialização, governança, regulação territorial e desenvolvimento territorial) que ajudam a entender como o território contribui com a compreensão da competitividade, e vice-versa. Na terceira e última seção propõe-se metodologia de estudo para a “competitividade territorial”, a partir dos recursos e ativos territoriais, tendo como base um quadro de condicionantes gerais que podem ser aplicados ao contexto sócio-produtivo territorial brasileiro.

COMPETITIVIDADE E TERRITÓRIO

O Território e o âmbito Local

Antes de se refletir sobre a dinâmica da competitividade diante das mudanças territoriais e industriais atuais, torna-se necessário analisar o conceito de território, considerando-o como suporte e condicionante dos processos sócio-econômicos e espaciais aqui descritos.

Santos (1992, p. 32) ressalta importância de se reconhecer no território uma unidade espacial de trabalho, dando o exemplo das regiões produtivas. Desse modo, o território é uma unidade espacial constituída por frações funcionais diversas, que funciona a partir de demandas em vários níveis, do local até o mundial e que se encontram articuladas por fluxos criados e mantidos pelas atividades, população e herança espacial. Storper e Walker (1989, p. 183-184), por sua vez, caracterizam o território de uma indústria como um conjunto de lugares relacionados por redes coerentes, enunciando a preferência por território em relação a região no tratamento das dinâmicas espaciais da industrialização capitalista. A noção de território permitiria a abordagem de fenômenos em qualquer escala geográfica, a partir de processos de construção e reconstrução social, ao contrário de região, que enfoca espaços delimitados e, mormente, subnacionais.

Benko (2001, p. 8) caracteriza a globalização por uma crescente diferenciação e especialização dos espaços, passando as regiões e os territórios a representarem verdadeiras fontes de vantagens concorrenciais. O local passa então a ser revalorizado enquanto esfera de construção social, por meio das estratégias das empresas, via desconcentração e desverticalização industrial, e dos Estados, via descentralização político-administrativa, descobrindo-se na proximidade das empresas com os outros atores locais papel determinante na competitividade das atividades econômicas.

Neste sentido, o território pode aparecer como um ofertante de recursos à atividade produtiva – cuja intensidade do enraizamento e da territorialização estão diretamente associados ao nível de especificidade dos recursos, e como ator das estratégias de crescimento e desenvolvimento, por meio de seus elementos sociais constituintes e pelas estratégias de regulação e criação institucionais e organizacionais locais.

“Estado das Artes” da Competitividade Territorial

As análises tradicionais sobre a competitividade da indústria advogam que a vantagem competitiva das empresas depende, sobretudo, de uma liderança nos custos de produção e localização, garantindo preços mais competitivos no mercado. (PORTER, 1989). Muller (1995, p. 138-143) entra como contraponto a esta tendência, ao ressaltar que sob a definição de competitividade baseada no objetivo de conquistar, manter e ampliar a participação nos mercados se esconde uma complexidade de caminhos e opções de ordem econômica, sócio-política e cultural que estão na base do processo competitivo e tornam mais complexa a aplicação de estratégias empresariais e políticas nacionais. Por isso, propõe o estudo da competitividade por meio de um caleidoscópio, com várias trilhas e mapas possíveis.

Castells (2000) coloca a competitividade como uma das grandes forças propulsoras da economia informacional², tipificando-a como um atributo mais de organizações coletivistas,

² “Uma nova economia surgiu em escala global nas duas últimas décadas. Chamo-a de informacional e global [...]. É informacional porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar, aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. É informacional e global porque, sob novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação. (CASTELLS, 2000, p. 87)

tais como países e regiões, do que de empresas, acatando a noção de competitividade de Cohen (1985, apud CASTELLS, 2000, p. 112-113) como sendo: “[...] a capacidade de produzir bens e serviços que atendam as exigências dos mercados internacionais e aumentem a renda real dos cidadãos”. Coutinho e Ferraz (1993), por sua vez, criticando as visões econômicas tradicionais acerca de uma competitividade baseada na questão de preços, consideram adequada a idéia de uma competitividade sistêmica que articule a competitividade das economias nacionais e das empresas que operam dentro das suas fronteiras, colocando o desempenho empresarial como sendo resultado também de fatores situados além do âmbito das empresas e da estrutura industrial da qual fazem parte. O enfoque sistêmico da competição leva em consideração os aspectos macroeconômicos, político-institucionais e regulatórios, as infra-estruturas, as questões sociais e trabalhistas, os fluxos internacionais e, com destaque, a dimensão regional.

Porter (1989, p.183) já dá sinais da importância do espaço na promoção da competitividade industrial ao utilizar a dimensão da nação como unidade de análise das vantagens competitivas e ao constatar que os competidores em indústrias de sucesso estão localizados em poucas cidades ou regiões dentro do país, em concentrações geográficas (agrupamentos) de empresas específicas.

A concentração geográfica de empresas, em indústrias (inter) nacionalmente bem sucedidas, ocorre muitas vezes porque a influência dos determinantes individuais no “diamante”³ (da competitividade) e seu fortalecimento mútuo são intensificados pela proximidade geográfica em um país. A concentração de rivais, clientes e fornecedores promoverá eficiência e especialização. O mais importante, porém, é a influência da concentração geográfica na melhoria e inovação. [...] O processo de agrupamento (clustering) e o intercâmbio entre as indústrias dentro do grupo também funciona melhor quando estas estão concentradas. A proximidade leva ao conhecimento precoce dos desequilíbrios, necessidades ou limitações dentro do grupo, permitindo que sejam tratados e explorados. A proximidade, portanto, transforma as influências isoladas [...] num verdadeiro sistema. (PORTER, 1989, p. 186-189)

A partir de então as regiões e as localidades tornam-se variáveis mais relevantes no estudo da competitividade e das vantagens competitivas, visto que se tornam também objetos de interesse das políticas de planejamento econômico para a definição de seu espaço de aplicação. Santos, Diniz e Barbosa (BNDES, 2004, p. 21), por exemplo, utilizam a noção de vantagens competitivas locais para tratarem das vantagens que uma empresa pode obter, como o acesso a ativos e serviços complementares, à cooperação entre firmas, instituições e poder público, ao se localizar em um ambiente propício a difusão e desenvolvimento do conhecimento.

Boisier (2001, p. 13-14) encontra no termo “competitividade sistêmica” um sentido altamente territorializado configurado pelas redes que difundem o conhecimento tácito e a competência, estando associadas a um tecido de atores que estruturam, pela proximidade, uma rede de serviços em torno de um produto e de uma planta. Messner (1996, p. 13-16), nesta mesma tendência, amplia o conceito de “competitividade sistêmica” para uma perspectiva multidimensional e interescalar nas suas dimensões espaciais. O sucesso dos países no paradigma da flexibilidade seria atribuído a um determinado modelo de competência, aprendizagem e decisões rápidas que articulam: grupos de atores em aglomerações industri-

³ O “diamante” é um esquema criado por Porter (1990) para representar a interdependência dinâmica e o reforço mútuo entre os quatro determinantes da vantagem competitiva nacional, que são os seguintes: a) Condições dos fatores; b) Estratégia, estrutura e rivalidade das empresas; c) Condições de demanda; d) Indústrias correlatas e de apoio. Nesta representação ainda há espaço para três elementos que podem estimular e reforçar tais fatores: o governo, o acaso e a concentração geográfica.

ais e o Estado em medidas interrelacionadas e dirigidas para os níveis meta, macro, micro e meso do sistema econômico, priorizando as iniciativas políticas desde baixo, do local passando pelo nacional até o global, equacionando fatores mercantis, sócio-políticos e culturais.

Na geografia brasileira recente alguns trabalhos se dedicaram ao debate da noção de competitividade e seu enfoque espacial e territorial. Os que trataram da “competitividade regional e territorial”, como, Frederico e Castillo (2004), tiveram uma preocupação mais acentuada com as redes e a logística de transporte e armazenamento no plano da fluidez (material e imaterial) dos circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação.

Em resumo, nos últimos anos têm proliferado experiências e abordagens nos âmbitos nacional e internacional que valorizam o território, especialmente em suas dimensões regulatórias locais e regionais. O território aparece então como condicionante de estratégias e elementos voltados à construção de novos arranjos de coordenação político-institucionais voltados à valorização de cadeias e redes produtivas, como demonstra a proliferação de arranjos produtivos locais, distritos industriais, clusters, pólos tecnológicos, meios inovadores e aglomerados metropolitanos de serviços, todos engajados, em maior ou menor grau, em estratégias voltadas a melhor aplicação dos recursos e fatores produtivos locais (produtividade) como forma de melhorarem suas competências e promoverem vantagens competitivas para as empresas nos territórios onde estão enraizadas.

ARRANJOS PRODUTIVOS DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Segundo Storper e Harrison (1994, p. 172-173), três pontos aparecem como fundamentais para se pensar na configuração de Arranjos Produtivos Localizados, Sistemas Produtivos Territoriais e Distritos Industriais: a) uma cadeia produtiva (sistema de *input/output*) de fluxos de bens, serviços e informações; b) uma aglomeração produtiva de estabelecimentos industriais de um mesmo segmento produtivo ou de segmentos complementares, concentrados em virtude dos efeitos de escala e externalidades de um entorno espacial (bairro, cidade e região) e; c) um sistema produtivo que envolve unidades produtivas, serviços complementares e outros agentes em ligações orgânicas, por meio de organizações e instituições locais, que se territorializa através de uma estrutura de governança local.

No campo das definições, nos centraremos sobre a idéia de Arranjo Produtivo Local (APL), em virtude de ser mais aberto a diferentes interpretações teóricas e exemplos empíricos, e pelo fato de se aproximar do tipo de configuração produtivo-territorial de regiões bem sucedidas economicamente (Distritos Industriais da Terceira Itália, a Região de Baden-Württemberg, na Alemanha e, o Vale dos Sinos e o Pólo de Franca, no Brasil), sendo promovido no momento como prestigiado instrumental para análises e políticas que versam sobre desenvolvimento local e industrial no Brasil.

O BNDES (2004, p. 29-30) define Arranjos Produtivos Locais (APL) como uma “concentração geográfica de empresas, sobretudo pequenas e médias, e outras instituições que se relacionam em um setor ou cadeia produtiva particular e tem sua existência definida a partir de vantagens competitivas locais”⁴.

⁴ Cassiolato e Lastres (2001, p. 15), por sua vez, deixam mais complexa esta noção, ao tratar os APL como: “aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultorias e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros, e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para formação e capacitação de recursos humanos (escolas técnicas e universidades), pesquisa, desenvolvimento, engenharia, política, promoção e financiamento”.

Tais vantagens são definidas como os benefícios que as empresas podem acessar por estarem localizadas em uma aglomeração e que não envolvem custos específicos (transportes, fiscais), ressaltando seu papel gerador de externalidades econômicas. A existência de fornecedores especializados, centros de treinamento, centros tecnológicos, agências governamentais aparecem como importantes indutores de externalidades, *pari passu* à cooperação entre os atores locais para o sucesso competitivo da região. A premissa básica que está por detrás da noção de APL é a associação de seu sucesso competitivo a fatores não necessariamente mercantis e quantificáveis como a idéia de “atmosfera marshalliana” oriunda da conjugação de um conjunto de empresas cooperando entre si e com a comunidade local em um bom sistema de coordenação territorial imerso no ambiente cultural e institucional local. Nessa perspectiva, a base do APL é a teoria dos Distritos Industriais, cujo exemplo típico é o modelo de pequenas empresas de produção artesanal da Terceira Itália (BECATTINI, 1994). Em um segundo plano se coloca a teoria dos Clusters industriais de Michael Porter (1989).

Costa (2001, p.111) associa deste modo a capacidade competitiva de Pequenas e Médias empresas⁵ ao território, pois, ao contrário das grandes empresas, aquelas não podem realizar internamente todas as atividades inerentes a um processo produtivo completo, razão pela qual dependem da disponibilidade de economias externas do meio na qual se inserem. Deste modo, no campo das políticas de competitividade e nos estudos orientados para PME's deve ser dado direcionamento para o conjunto do Sistema Produtivo Local (APL's), visto que a eficiência individual das empresas depende da organização e dos recursos internos do território. Como complemento, podemos citar Gorofoli (1994, p. 38-40), que ao tratar dos sistemas de pequenas empresas destaca como fatores de sucesso destes ambientes: sua forte especialização produtiva local, a acentuada divisão do trabalho entre as empresas do sistema, e, como já colocado, as economias externas geradas pelos contatos diretos entre os operadores locais e a circulação de informações estratégicas dentro do sistema.

A governança deve ser, pois, uma noção valorizada na discussão sobre APL's pois tem a condição de definir que tipo de estratégia competitiva cada território deve adotar e como isso será remetido ao desenvolvimento econômico local. Storper e Harrison (1994, p.177) caracterizam a governança como uma estrutura de delegação de funções e poderes em um sistema produtivo territorializado, que se coloca tanto na forma de núcleo, definido por relações assimétricas entre uma grande empresa que condiciona a existência de outras, quanto na de anel, definido por relações simétricas entre um conjunto de empresas sem uma determinante central. Cassiolato et alii (2000) expandem o sentido da governança pelo estabelecimento de práticas democráticas locais, através da intervenção e participação de diferentes categorias de atores – Estado em seus diferentes níveis, empresas privadas locais, cidadãos, trabalhadores, organizações não governamentais – nos processos de decisão locais.

Desse modo, a governança territorial é um fator que circunstancia qualquer estratégia competitiva, pois a busca por uma posição econômica favorável em uma indústria, a definição dos tipos de recursos que serão utilizados e, concomitantemente, a própria localização produtiva, dependem, para tanto, das modalidades de relação e correlação de forças estabelecidas no território. Além disso, quando alinhada à idéia de APLs, a governança atua como base para a criação de identidades coletivas locais e articulação dos interesses e das iniciativas dos atores locais para projetos de desenvolvimento territorial através da definição de compromissos formais (institucionalizados) e informais capturados em um ambiente de interação informacional e cognitiva denominado de “capital social”.

⁵ Tradicionalmente se define o porte de uma empresa pelo seu capital líquido, produção ou número médio de empregados. Pelo último critério, Micro empresas são aquelas que têm até 9 empregados; as Pequenas – de 10 a 99, as Médias – de 100 a 499, e as grandes mais de 500 empregados.

Neste contexto, os APLs suscitam recente interesse de governos, entidades representativas e especialistas no Brasil em face ao seu dinamismo econômico e potencial competitivo, sobretudo no que tange à possibilidade de desenvolvimento baseada em concentrações de micro e pequenos estabelecimentos como alternativas à crise do modelo de crescimento econômico e industrialização dos anos 1960. Tal paradigma se apoiava na articulação entre o grande capital estrangeiro e nacional com o Estado, regime este que ganhou a alcunha de "fordismo periférico". (STORPER, 1990, p. 175). Os APLs aglutinam dentro de sua base territorial as duas vantagens em termos de proximidade existentes: a proximidade geográfica, que permite obter ganhos de escala crescentes em termos de externalidades acessíveis a custos baixos em *linkages* com fornecedores, firmas subcontratantes, entidades públicas e privadas de apoio; e a proximidade organizacional, construída em torno de estruturas comuns de aprendizagem e conhecimento associadas a determinadas instituições, organizações e convenções que permitem reforçar as especificidades culturais e cognitivas locais voltadas a ações de cooperação, inovação e regulação. (TORRE, 2003).

O SEBRAE já tem em seu cadastro quase 350 aglomerados produtivos, alguns com baixo nível de articulação interna e outros com altos patamares de eficiência e competitividade. Instituições e entidades que atuam com micro e pequenas empresas, como o Sebrae, o BNDES e a Finep descobriram esse potencial e passaram a estabelecer programas específicos para APLs a partir de 1999. O primeiro estado a atuar neste sentido foi o de Minas Gerais, através da Federação das Indústrias e do IEL. O Governo federal incluiu um programa específico no Plano Plurianual aprovado para 2004-2007 e montou um grupo interministerial para coordenar todas as ações federais voltadas para APLs, reunindo onze ministérios, sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Comércio e Indústria (MDIC), além de representantes do BNDES, Finep, CNPq, Sebrae, APEX, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e dos Bancos do Nordeste e da Amazônia⁶. (INDÚSTRIA BRASILEIRA, 2003, p. 5-9).

PROPOSTA DE ESTUDO PARA A COMPETITIVIDADE TERRITORIAL

A premissa básica defendida neste estudo é a de que todos os territórios (cidades e entornos regionais) que abrigam um aglomerado produtivo se encontram em uma determinada posição competitiva, maior ou menor a depender dos atributos utilizados e do tipo de organização espacial interna. Deste modo, a busca por relacionar a competitividade e o território, ou suas porções, parte da premissa de que toda e qualquer empresa capitalista compete (exclusive possíveis casos de monopólio quase total) em algum ramo e a maioria delas faz uso de condicionantes do local em que estão instaladas para elevarem seu potencial competitivo que, na maioria das vezes, se projeta externamente devido a demanda insuficiente do mercado consumidor local. Esse elemento competitivo é essencial a qualquer dinâmica industrial, indicando um possível caminho para a recuperação e/ou expansão da base produtiva local, por meio de seu potencial gerador de empregos e de renda.

Antes de se propor, portanto, uma metodologia ou algo parecido para estudo da competitividade regional das empresas de um território, coloca-se a problemática de quais elementos as regiões podem mobilizar capazes de atrair ou manter uma empresa em sua

⁶ Glossário de siglas: BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Finep: Financiadora de Estudos e Projetos (órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia); Sebrae: Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena empresa; IEL: Instituto Euvaldo Lodi (do Sistema CNI); CNPq: Centro Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento.

dinâmica de localização nos mais variados espaços? Storper (1993) denomina de “territorialização” a dependência das atividades econômicas com relação a recursos, práticas e interdependências específicas de um local, fatores estes que não podem ser facilmente criados ou imitados nos lugares que não os tem. Dentre estes fatores, destacam-se:

“as economias locacionais externas ou de aglomeração, o conhecimento especializado alcançado em aprendizado tecnológico por organização de agentes em contexto de interdependências organizacionais e, as estruturas institucionais e ações base da ordenação econômica de um lugar” (STORPER, 1993, p 16-17).

A construção de uma tipologia para estudo de “competitividade nos territórios produtivos” enfoca a questão de quais seriam os elementos que realmente diferenciam um contexto territorial local e lhe concede vantagens competitivas, em detrimento de elementos que podem ser criados ou imitados nos vários lugares! Para tanto, se postula uma noção de território não somente como base ou plataforma das relações produtivas, mas também como fator e condicionante de toda a qualquer forma de reprodução social e econômica.

Benko; Pecqueur (2001) respondem satisfatoriamente a esta questão ao proporem uma tipologia de diferenciação dos territórios a partir dos seus recursos e ativos, genéricos e específicos. Os recursos são fatores ainda latentes, a organizar e explorar, e os ativos são fatores já em uso. Os ativos e recursos genéricos são fatores totalmente transferíveis espacialmente através de trocas mercantis, caracterizando seu valor no processo produtivo por uma questão de preço, como nos moldes da antiga idéia de competitividade industrial. Já os ativos e recursos específicos, implicam em custos de transferência muito elevados ou que não podem ser dimensionados, definindo seu valor em função das condições de seu uso e dos processos interativos engendrados no ambiente em que são configurados (Quadro 1). Estes últimos elementos são aqueles que realmente definem a diferenciação de um contexto territorial na concorrência com outros lugares, mobilizando “vantagens competitivas dinâmicas” e “duradouras” às aglomerações de indústrias à custa dos serviços e fornecedores especializados, da mão-de-obra qualificada, e das estruturas organizacionais e institucionais locais (COLLETIS-WAHL; PECQUEUR, 2001).

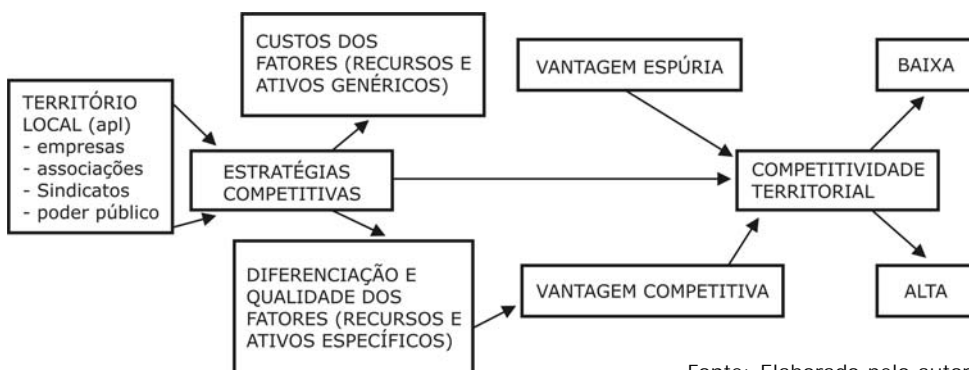
O que ocorre na grande maioria das regiões que recebem estruturas semelhantes à APLs, sobretudo em países em desenvolvimento, é uma mescla no uso de fatores específicos e genéricos, visto que a questão do cálculo de custos para realização de investimentos é um fator basilar para qualquer empreendimento capitalista, mas este não responde sozinho na atualidade às dinâmicas espaciais da indústria e suas estratégias competitivas. Por isso é importante considerar os limites de tal metodologia, pois muitos destes recursos e ativos só poderão ser desvendados nos contextos locais de pesquisa, variando conforme os setores de atividade ali presentes e as políticas específicas voltadas ao estímulo da competitividade local (Figura 1).

Quadro 1 – Tipologia dos Fatores de Competitividade Territorial

FATORES/ QUALIDADE	GENÉRICOS	EXEMPLOS	ESPECÍFICOS	EXEMPLOS
RECURSOS	FATORES DE LOCALIZAÇÃO POTENCIAIS NÃO UTILIZADOS, SUSCETÍVEIS DE SEREM ATIVADOS SEGUNDO UM CÁLCULO DE RENTABILIDADE A SER INTRODUZIDO NO MERCADO	1 – MATÉRIAS PRIMAS; 2 – EQUIPAMENTOS; 3 – INFORMAÇÕES DE BASE FORA DO MERCADO (CONHECIMENTOS CODIFICADOS) 4 – FORÇA DE TRABALHO SIMPLES DESEMPREGADA	FATORES DE LOCALIZAÇÃO VIRTUAIS E INCOMENSURÁVEIS, INTRANSFERÍVEIS, NOS QUAIS O VALOR QUE OS CRIOU DEPENDE DA ORGANIZAÇÃO E DAS ESTRATÉGIAS PARA RESOLVER PROBLEMAS INÉDITOS, ANCORADAS NO TERRITÓRIO (INSTITUIÇÕES, REGRAS, CONVENÇÕES).	1 – AMBIENTE E CULTURA INDUSTRIAL (ATMOSFERA); 2 – ACUMULAÇÃO DE CONHECIMENTOS TÁCTICOS (APRENDIZAGEM) 3 – FORÇA DE TRABALHO QUALIFICADA NÃO EMPREGADA 4 – AMBIENTE INSTITUCIONAL FAVORÁVEL
ATIVOS	FATORES DE LOCALIZAÇÃO EXISTENTES E EM ATIVIDADE, TOTALMENTE TRANSFERÍVEIS, DISCRIMINADOS PELOS PREÇOS E CUSTOS DE TRANSPORTE NO MERCADO.	1 – MATÉRIAS PRIMAS EXPLORADAS; 2 – EQUIPAMENTOS EM USO; 3 – INFORMAÇÕES DE BASE ATIVAS NO MERCADO (CONHECIMENTOS CODIFICADOS) 4 – FORÇA DE TRABALHO SIMPLES EMPREGADA	FATORES EXISTENTES COMPARÁVEIS, PARCIALMENTE TRANSFERÍVEIS, ONDE O VALOR ESTÁ LIGADO A UM USO PARTICULAR (EXTERNALIDADES DE QUASE MERCADO),	1-MATÉRIAS PRIMAS RARAS (Ex: Argila de Boa qualidade) 2- FORÇA DE TRABALHO QUALIFICADA EMPREGADA 3 – EQUIPAMENTOS ADAPTADOS AOS PROCESSOS LOCAIS 4 – MOBILIZAÇÃO INSTITUCIONAL E ORGANIZACIONAL ADEQUADA AS ESTRATÉGIAS LOCAIS

Fonte: Organizado pelo autor com base em Benko e Pecqueur (2001, p.44).

Figura 1 – Trajetória da Competitividade Territorial em Arranjos Produtivos Locais



Fonte: Elaborado pelo autor.

Cabe então se definir quais campos serão focalizados nas estratégias competitivas dos APLs para mobilizarem os recursos territoriais, ou seja, quais as variáveis determinantes da competitividade, para as quais são dirigidas medidas preocupadas, sobretudo, com os custos dos fatores ou com a qualidade e especificidade destes.

Os seguintes campos básicos caracterizam, então, a denominada "competitividade territorial", considerando vetores tradicionais da competitividade⁷, oriundos, mormente, das análises da economia industrial, acrescida de elementos de ordem política, social e cultural articulados pelo ordenamento territorial:

- 1) **Produtividade**: Elemento básico de qualquer análise de competitividade é calculado pela relação produto/unidade de trabalho/tempo ou pela divisão do valor adicionado e agregado de uma dada atividade pelo número de empregados na mesma, considerando-se o uso de maquinário moderno e as competências da mão-de-obra.
- 2) **Inovação**: Consideram-se os investimentos em novos equipamentos tecnológicos, em novos métodos e procedimentos gerenciais, administrativos e produtivos, no acabamento e diversidade do produto e a disponibilidade de centros de pesquisa e de controle de qualidade no local. Entende-se por inovação também, as estratégias sociais e institucionais dotadas de flexibilidade e capacidade adaptativa que permitem aos atores locais acompanharem os processos de modernização em termos de qualidade e eficiência.
- 3) **Estratégias comerciais e condição de demanda (comércio interno e externo)**: Formas com que os produtores divulgam seu produto e realizam as vendas, condicionando a situação das vendas, se houve aumento ou diminuição, quais os mercados consumidores mais fortes, e o que os consumidores procuram na localidade e o que ela oferece em termos de *marketing* territorial.
- 4) **Redes de serviços e indústrias correlatas e de apoio**: Base de suporte da atividade produtiva, tais como: indústrias fornecedoras de insumos no local, empresas subcontratadas para fornecimento de serviços de reparo e manutenção, treinamento de mão-de-obra etc.
- 5) **Infra-estrutura logística (transporte, fluidez territorial)**: Meios materiais (estradas, portos) e imateriais (redes informacionais) que permitem o escoamento da produção e agregação de valor ao produto na cadeia via intercâmbio de conhecimentos e informações.
- 6) **Condição do mercado de trabalho local**: Formas de organização do trabalho no local, qualificação, especialização e remuneração da mão-de-obra, bem como as condições para aperfeiçoamento em centros educacionais e de treinamento;
- 7) **Disponibilidade de capital e crédito**: Fontes de financiamento e crédito utilizadas pelos empresários para investirem em seus negócios, acessíveis em bancos convencionais e de investimento e em cooperativas de crédito;
- 8) **Cooperação entre atores (empresas, entidades, poder público)**: Identificação do tipo de relação estabelecida entre as empresas locais (de concorrência, eventuais, constantes, formalizadas) e destas com as entidades representativas (associação comercial e industrial, sindicatos), instituições locais (agências de desenvolvimento, serviços de apoio) e o poder público (prefeitura, governo estadual), avaliando-se o objetivo de tais parcerias, os benefícios obtidos elas e as razões da possível precariedade de tais laços.
- 9) **Governança do sistema (como são definidas as ações prioritárias)**: Tipo de estrutura organizacional que define as estratégias principais do arranjo, se pela mão de uma grande empresa centralizadora, ou compartilhada em várias pequenas empresas que podem atribuir a uma entidade representativa a articulação dos interesses locais;

⁷ Matesco e Hasenclever (2000) identificam como os principais eixos determinantes da competitividade e da estratégia empresarial: as estratégias de exportação, acesso a novas tecnologias e difusão de inovações; parceria e cooperação externa (relacionamento institucional e estratégias extramuro), qualificação da mão de obra, qualidade da administração e gestão.

10) Elementos da paisagem geográfica (recursos naturais, matérias-primas):

Atributos naturalmente desenvolvidos no território e que criam um ambiente físico e cognitivo propício ao desenvolvimento de uma atividade específica, como o clima e a beleza da paisagem fundamentais aos APLs de turismo.

Sendo tais elementos básicos direcionadores da competitividade, os mesmos adquirem conotações tanto de recursos específicos quanto de recursos genéricos a depender das estratégias competitivas mobilizadas, e isto por fim define a aquisição de uma vantagem concorrencial momentânea ou uma vantagem competitiva duradoura. Por exemplo, no campo da produtividade, a mobilização de recursos e ativos genéricos dá-se pela prática da contratação de uma mão-de-obra de baixa qualificação a fim de se pagar salários baixos ou manter contratos precários. Em contraparte, os recursos e ativos específicos privilegiam o investimento no aperfeiçoamento da mão-de-obra e em contratos estáveis como forma de garantir uma maior produtividade do trabalho e sucesso no processo de aprendizado tecnológico. No caso da governança, o poder assimétrico de uma grande empresa em uma aglomeração tende a prestigiar recursos genéricos visto que neste caso a mobilidade espacial a procura de maior rentabilidade é a tônica dos atores. Ao contrário, a governança em redes de micro e pequenas empresas pressupõem uma maior vinculação com o território e cooperação com seus elementos endógenos, e mesmo se um estabelecimento vier à falência ou se transferir para outro lugar, a boa governança garantirá a reprodução do arranjo em seu conjunto devido a simetria das relações de poder.

Para a análise de tais fatores torna-se necessária, no entanto, a definição *a priori* do segmento produtivo e do tipo de indústria na qual se inserem os estabelecimentos do APL, pois cada setor e cadeia têm um padrão próprio de competitividade, de investimentos em tecnologia, de qualificação da mão de obra, que os diferenciam dos demais segmentos. Desta forma, torna-se possível efetuar estudos comparativos entre regiões que recebam tecidos produtivos do mesmo segmento e, portanto, em maior ou menor grau, compitam entre si.

É exatamente na estratégia competitiva adotada por cada sistema produtivo localizado onde se captura o efeito da presença de um ou mais elementos determinantes da competitividade em uma dada localidade. A premissa deste texto é que a presença de cada um dos elementos determinantes da competitividade em uma região é melhor aproveitada através de estratégias para mobilização de recursos e ativos específicos em ambientes de negócios baseados na cooperação vertical e horizontal entre as empresas e demais organizações, nos moldes de um APL. Tais ambientes locais criam facilidades no processo de inovação das empresas, na produtividade dos estabelecimentos, na governança do sistema, na colocação dos produtos no mercado, enfim, cria competências e qualificações que, agregadas aos atores coletivamente, os tornam mais competitivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tão relevante quanto a constatação de ser um território local competitivo ou não, a partir de um dado conjunto de elementos, é verificar quais são as formas de mobilização entre atores que conduzem os processos de especialização dos lugares e especificação de seus recursos, ou seja, as estratégias competitivas dos territórios. Neste sentido é que se torna possível a aplicação de tipologias de competitividade, pela sua adequação às particularidades do desenvolvimento histórico de cada território configurado em APL sem que, no entanto, se perca o efeito do poder comparativo entre as regiões.

A difusão da noção de APL no contexto territorial e produtivo brasileiro indica a aposta de atores públicos e privados em um tipo de configuração e gestão territorial da

indústria bem sucedida no plano internacional e que pode mobilizar a competitividade de regiões deprimidas da economia em torno de suas especializações produtivas e cooperação empresa-ambiente. Mas, devem-se ter claras as diferenças e peculiaridades do modelo de desenvolvimento e industrialização brasileiros, baseado em profundas desigualdades espaciais e sócio-econômicas, com relação aos seus congêneres italianos, e entender o APL como uma dentre outras configurações possíveis para gerar o desenvolvimento local, mobilizar empregos, e elevar a competitividade dos pequenos estabelecimentos.

Compartilhamos, portanto, com a idéia de que uma política voltada ao estímulo da competitividade não pode estar descolada de um projeto mais amplo de desenvolvimento local, regional e nacional, à custa de o avanço industrial gerar benefícios restritos, àquelas regiões já estruturadas e desenvolvidas, e excluir outros espaços e amplas camadas sociais dos benefícios advindos com elevação da produção e da competitividade a partir do fortalecimento de aglomerados produtivos. A competitividade territorial pode então ser definida pelo conjunto de processos concernentes ao crescimento industrial, modernização tecnológica, aumento da produtividade, capacitação da mão-de-obra e definição de uma estrutura de governança institucional e política do território, em cuja base se colocam as dinâmicas e estratégias associadas aos atores sociais em âmbito local, tendo por fim último a obtenção de vantagens competitivas localizadas.

Em comparação, a noção de desenvolvimento territorial adquire visão mais ampla e complexa, e apesar de ser dinamizado por expectativas de vantagens locais no qual o território é considerado um recurso específico e um ator principal da evolução econômica regional trata-se, também, de uma ação coletiva intencional de caráter local - um modo de regulação territorial – associado a uma cultura, a um plano e instituições locais sintonizadas com um processo de mudança social de caráter qualitativo e endógeno, capaz de produzir solidariedade, cidadania comunitária e bem-estar para a população de uma dada localidade e região. (PIRES; MULLER; VERDI, 2007).

Esse texto teve como um dos seus objetivos principais contribuir com a compreensão das atuais demandas existentes no território brasileiro quanto à identificação de aglomerados produtivos e à mobilização de suas potencialidades competitivas, no plano interno e externo, atendendo ao objetivo primaz do desenvolvimento territorial, assunto de interesse já despertado em diversos órgãos governamentais de financiamento e apoio que acabaram por destinar políticas específicas para Micro e Pequenas empresas e Arranjos Produtivos Locais.

REFERÊNCIAS

BECATTINI, G. O Distrito Marshalliano: Uma noção sócio-econômica. In BENKO, G.; LIPIETZ, A (org.), **As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes: Os novos paradigmas da Geografia Econômica**. Oeiras-Portugal: Celta Editora, 1994, p. 45-58.

BENKO, G. **Economia, Espaço e Globalização**: na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A recomposição dos espaços. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local - Interações**, Campo Grande, v. 1, n. 2, p. 7-12, março de 2001.

_____. PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 31-50, jul. /dez 2001.

BNDES – Banco de Desenvolvimento Econômico e Social. **Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Área de Planejamento e Departamento de Produtos – DEPRO, 2004.

- BOISIER, S. Sociedad del conocimiento, conocimiento social y gestión territorial. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local – Interações**, Universidade Católica Dom Bosco/MS, v. 2, n. 3, p. 9-28, Setembro de 2001.
- CASSIOLATO, J. E., LASTRES, H. M. M.; SZAPIRO, M. **Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e Proposições de Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico**. Rio de Janeiro: REDESIST (www.ie.ufrj.br/redesist), Bloco 3, Nota Técnica 27, Dezembro de 2000.
- CASTELLS, M. A. **Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra (4ª Edição), 2000.
- COLLETIS-WAHL, K.; PECQUEUR, B. Territories, Development, and Specific Resources: What Analytical Framework? **Regional Studies**, UK, v. 35, n. 5, p. 449-459, 2002.
- COSTA, M. L. As Pequenas e Médias Empresas no Desenvolvimento Local: Conceitos e Experiências. GUIMARÃES, N. A.; MARTIN, S. (Org.), **Competitividade e Desenvolvimento: Atores e Instituições Locais**. São Paulo: SENAC/SP, 2001, p. 109-126.
- COUTINHO, L.; FERRAZ, J. C. **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira**. Campinas: UNICAMP/Papirus (2ª Edição), 1994.
- FREDERICO, S.; CASTILLO, R. Circuito espacial produtivo do café e competitividade territorial no Brasil. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 10, n. 3, p. 236-241, Set/Dez 2004.
- GOROFOLI, G. Os Sistemas de Pequenas Empresas: Um Caso Paradigmático de Desenvolvimento Endógeno. In BENKO, G. e LIPIETZ, A (Org.), **As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes: Os novos paradigmas da Geografia Econômica**. Oeiras-Portugal: Celta Editora, 1994, p. 203-217.
- LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. Novas Políticas na Era do Conhecimento: O Foco em Arranjos Produtivos e Inovativos Locais. **REDESIST** (www.ie.ufrj.br/redesist), Rio de Janeiro, IE/UFRJ, 2004.
- LEBORGNE, D.; LIPIETZ, A. Flexibilidade defensiva ou flexibilidade ofensiva: Os desafios das novas tecnologias e da competição mundial. VALLADARES, L.; PRETECEILLE, E. (Org.) **Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios**. Rio de Janeiro, Nobel/Iuperj, 1990, p. 13-42.
- MATESCO, V. R.; HASENCLEVER, L. As empresas transnacionais e o seu papel na competitividade industrial e dos países: o caso do Brasil. VEIGA, P. M. (Org.) **O Brasil e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Sobeet – Relume Dumará, 2000, p. 161-192.
- MESSNER, D. Dimensiones espaciales de la Competitividad Internacional. **Revista Latino-Americana de Estudios del Trabajo**, ano 2, n. 3, p. 13-40, 1996.
- MULLER, G. El caleidoscopio de la competitividad. **Revista da CEPAL**, Santiago-Chile, n. 56, p. 137-148, agosto 1995.
- PIRES, E. L. S.; MULLER, G.; VERDI, A. R. **Instituições, Territórios e Desenvolvimento Local**: Delineamento preliminar e aspectos teóricos e morfológicos. No prelo, 2006.
- PORTER, M. **A Vantagem Competitiva das Nações**. Rio de Janeiro: Campus (7ª Ed.), 1989.
- REVISTA INDÚSTRIA BRASILEIRA. **Pequenas Potências**. Confederação Nacional das Indústrias - CNI, Dezembro de 2003.
- SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1992.
- _____. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano 13, p. 18-23, 1999.
- _____. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2001.

STORPER, M. A Industrialização e a questão regional no Terceiro Mundo. In VALLADARES, L.; PRETECEILLE, E. (Org.) **Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios**. Rio de Janeiro: Nobel/Iuperj, 1990, p.97-123

_____. Territorialização numa Economia Global: potencialidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In LAVINAS, L., CARLEIAL, L. M.; NABUCO, M. R. (Org.). **Integração, Região e Regionalismo**. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 1993, p.13-26

_____. HARRISON, B. Flexibilidade, Hierarquia e Desenvolvimento Regional: As mudanças de estrutura dos Sistemas Produtivos Industriais e seus novos modos de Governância nos anos 90. In BENKO, G.; LIPIETZ, A (Org.), **As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes: Os novos paradigmas da Geografia Econômica**. Oeiras-Portugal: Celta Editora, 1994, p. 171-188.

_____. WALKER, R. **The Capitalist Imperative: Territory, Technology and Industrial Growth**. New York: Basil Blackwell, 1989.

TORRE, A. "Desenvolvimento Local e Relações de Proximidade: Conceitos e Questões". **Revista Internacional de Desenvolvimento Local – Interações**, Campo Grande, v.4, n. 7, p.27-39, Set. 2003.

Recebido em janeiro de 2007

Aceito em março de 2007